

Visão

07-12-2017

Periodicidade: Semanal

Classe: Informação Geral

Âmbito: Nacional

Tiragem: 132725

Temática: Política

Dimensão: 3625 cm<sup>2</sup>

Imagem: S/Cor

Página (s): 60 a 64

# AS GANAS DE COSTA

"Posso estar momentaneamente cansado, mas isso em nada diminui as minhas ganas", declarou António Costa, durante o comício comemorativo dos dois anos de Governo. A VISÃO identificou nove pequenos e grandes desafios que o primeiro-ministro vai ter de enfrentar até à apresentação do último Orçamento da legislatura, daqui a um ano. Há mesmo um novo ciclo

 FILIPE LUÍS\*

**Visão**

07-12-2017

**Periodicidade:** Semanal

**Classe:** Informação Geral

**Âmbito:** Nacional

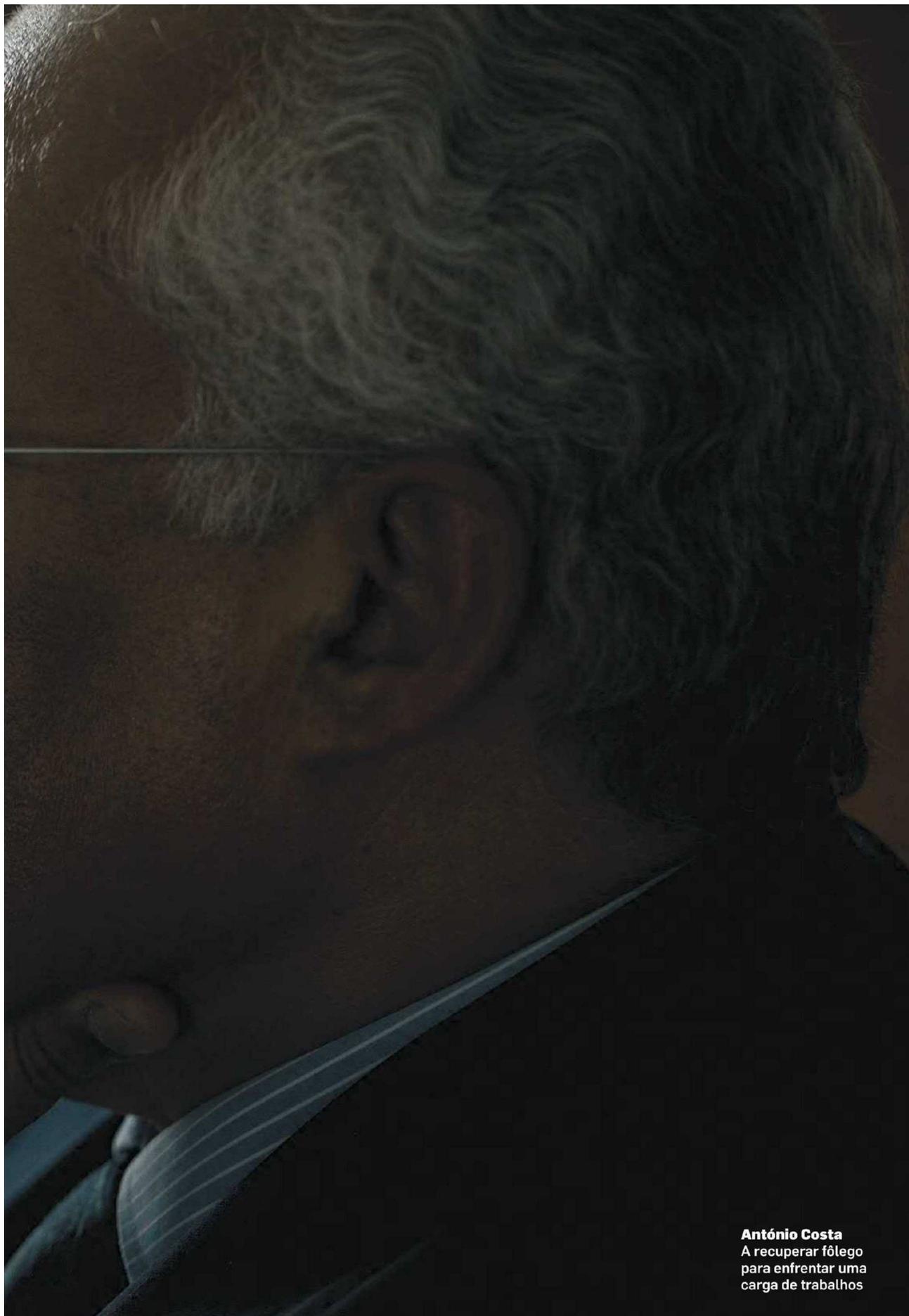
**Tiragem:** 132725

**Temática:** Política

**Dimensão:** 3625 cm<sup>2</sup>

**Imagem:** S/Cor

**Página (s):** 60 a 64



**António Costa**  
A recuperar fôlego  
para enfrentar uma  
carga de trabalhos

## GERINGONÇA

## Bloco, rendas &amp; conflitos

O dia 27 de novembro pode ficar como o primeiro do resto da vida da “geringonça”. Num discurso inflamado, a deputada Mariana Mortágua, do Bloco de Esquerda, acusou o PS de deslealdade, atribuindo aos socialistas o ónus do primeiro episódio de uma quebra grave de confiança, no seio da solução governativa que, de forma indireta, envolve quatro partidos no apoio ao Governo minoritário de António Costa: PS, BE, PCP e PEV. Do mesmo passo, disse com todas as letras: “Quando era preciso um primeiro-ministro com ‘nervos de aço’ para responder às empresas que pretendem manter rendas de privilégio, o Governo falhou.” A deputada referia-se ao “dito por não dito” do PS, relativamente à contribuição especial a pagar pelas renováveis, cujos lucros, na operação em Portugal, são desproporcionados relativamente ao investimento. Seria um passo no caminho do corte às famosas “rendas excessivas” no setor energético, que a própria *troika* tentara impor, sem sucesso, ao Governo de Pedro Passos Coelho. A coragem de enfrentar as energéticas custou, aliás, o lugar a um secretário de Estado da Energia do anterior Governo – e o seu sucessor, no atual Executivo, correria, agora, idêntico risco. O PS concordou, na sexta-feira, 24, com a medida – que valeria 250 milhões de euros – mas, na segunda-feira, votou contra. A explicação para o recuo não foi, até à data, convincente. Já

esta semana, em Marrocos, António Costa falou sobre a necessidade do “cumprimento de contratos”. Mas as reversões operadas no início do seu Governo, como foi o caso da privatização da TAP, não tiveram em conta o respeito por contratos anteriores. Foi possível renegociá-los.

Se se juntar este caso à mudança de atitude do PCP, logo após a derrota autárquica (*ver ponto seguinte*), António Costa tem agora um novo ciclo para gerir, tendo de lidar com a desconfiança dos seus parceiros à esquerda. Na negociação para o Orçamento de 2019, o último da legislatura e, previsivelmente, o mais passível de cedências a medidas eleitoristas – pouco recomendadas por Mário Centeno, entretanto nomeado presidente do Eurogrupo... –, o teste à capacidade negocial de Costa e ao cimento da solução governativa será duro, exigente de resultado imprevisível.

## SINDICATOS

## A luta continua

A dolorosa derrota eleitoral do PCP nas autárquicas, e, sobretudo, a perda de bastiões simbólicos, como Almada, para mãos socialistas, demonstram que, ao contrário do acordo tácito que parecia vigorar, o PS empenhou-se mesmo para ganhar esses concelhos. Ou seja, também Jerónimo poderia acusar os socialistas de “deslealdade”, tal como fez o Bloco (*ver ponto anterior*). Os resultados colocaram os comunistas perante um dilema: ou rompem, e arriscam a irrelevância parlamentar de mera força de protesto, ou mantêm capacidade de influência na



Novembro, 18  
Primeira  
megamanifestação  
da CGTP na era da  
“geringonça”

## ENFERMEIROS

## Menos um problema?

A saga dos enfermeiros foi o primeiro grande problema do Governo, na frente da luta sindical. Os sindicatos têm a cobertura de uma bastonária próxima do PSD, o que torna esta luta especialmente atípica. Para ultrapassar um impasse que ameaçava paralisar o Serviço Nacional de Saúde, o Governo foi cedendo ao conjunto de reivindicações. Esta postura, porém, teve o condão de criar precedentes que serão recordados por outros setores da Função Pública, em particular, para já, pelos médicos (*ver ponto seguinte*) que, dependentes da mesma tutela que superintende sobre os enfermeiros, já perceberam que podem lá chegar.

Os enfermeiros exigiam descongelamento das carreiras, reivindicação que será atendida (os professores aproveitaram a onda, como veremos). Pediam, também, um aumento de €400 para todos (vai ser

governação. Optaram por um híbrido: mantêm-se no barco das batalhas parlamentares essenciais, mas protestam e desgastam o Governo cá fora, através do “braço armado” da CGTP. Já começaram as manifestações grandiosas, segue-se a luta sindical na Administração Pública e, depois, noutros setores, como o dos transportes. Já a minagem da paz social na Autoeuropa pode vir a tornar-se a principal dor de cabeça do Ministério da Economia e de todo o Governo. Com isto, o PCP força o tal novo ciclo, com um pé dentro para não ser o responsável pelo perigo do regresso da Direita, e um pé fora, para recuperar o seu eleitorado, tendo em vista as eleições de 2019. Vem tudo nos manuais marxistas-leninistas – e os comunistas portugueses andam cá há muito tempo.



LUSA

de €150 para especialistas até nova negociação). O horário de 35 horas foi aceite pelo Governo, que garantiu pretender retomar as negociações do acordo coletivo para a classe. Para já, a luta fica em banho-maria, mas pode recrudescer.

#### MÉDICOS

## Um dia o céu cai-nos na cabeça

A segunda frente de guerra no Ministério da Saúde centra-se na luta dos médicos. O discurso politicamente correto do ministro Adalberto Campos Fernandes, que fala das virtudes do diálogo, esbarra contra o ceticismo dos sindicalistas, que não veem nada de concreto. Um diz que está tudo a correr bem, os outros que tudo vai mal. Os médicos dizem que não se batem por dinheiro, mas as suas reivindicações oneram em muitos milhões o SNS, quanto mais não seja pela necessidade acrescida de mais contratações, o que é fácil de enten-

der quando analisamos as reivindicações: reduzir para 150 o número anual de horas suplementares. Atualmente, o número fixa-se nas 200 horas anuais. A esta medida, os clínicos querem somar a diminuição do número de utentes por médico de família e limitar o trabalho no Serviços de Urgência para 12 horas semanais, em vez das 18 horas atuais. Tudo isto num quadro geral de cativações – para cumprir o défice... – que já elevam a dívida de uma área cronicamente suborçamentada a mais de 2 mil milhões de euros. Algum dia, o SNS rebenta mesmo. E António Costa, citando as célebres palavras do chefe da aldeia gaulesa de Astérix, reza para que “amanhã não seja a véspera desse dia”.

#### CONGELADOR

## O degelo das calotas na Administração Pública

Tal como o degelo das calotas polares, também o descongelamento das carreiras da Administração Pública – uma luta cada vez mais pressionante da Frente Comum, afeta à CGTP (lá está) – pode provocar “inundações” nas contas públicas. Se a maioria dos servidores do Estado pode ficar satisfeita com os moldes do descongelamento das carreiras, o mesmo não se pode dizer de professores e militares. A proposta que consta do OE de 2018 prevê que todas as carreiras que estão congeladas desde 2011 possam beneficiar novamente de progressão. Em casos em que esta é feita através de pontuação (nos enfermeiros, por exemplo, cada ano de trabalho corresponde a 1,5

pontos), prevê-se a contabilização de pontos que teriam sido obtidos sem o congelamento. Ora, no caso de professores e militares o sistema de progressão não é assim tão simples e os anos durante os quais as carreiras estiveram congeladas não vão ser tidos em conta para futuras progressões. No caso dos médicos, o descongelamento já prometido (num pré-acordo de mero compromisso...) pelo Governo são nove anos, quatro meses e dois dias de congelamento que devem ser considerados. A reatividade do Ministério da Educação, depois de uma greve e de uma reunião com termo às cinco da manhã de um sábado, pode abrir a caixa de Pandora que liberte os “demoníacos” de outros setores, como o dos militares.

Outro caso é o dos polícias e dos médicos. Embora o sistema de progressão pudesse ser abrangido pelos moldes do descongelamento, as duas profissões conheceram progressões nas carreiras já depois de 2011 e a medida aprovada destina-se apenas às carreiras que desde então estiveram congeladas.

#### JUÍZES

## E a sentença é...

Os juízes têm-se batido pela revisão do estatuto. Defendem que as reformas sistémicas que aconteceram na área da Justiça não foram acompanhadas pela revisão do estatuto, que implica normas remuneratórias e de progressão mais “atractivas”. Nas palavras do secretário-geral da Associação Sindical de Juizes Portugueses em setembro, ao *Observador*, “isto não é apenas a questão remuneratória tão-só. É evidente que temos que nos preocu-

## GOVERNO NA HORA

**Depois da “empresa na hora”, parece ter-se inventado o conceito de “governação na hora”.**

**Apenas cinco exemplos:**

1. O chefe do Exército, general Carlos Jerónimo, teve de demitir-se, após declarações do subdiretor do Colégio Militar, sobre episódios de homofobia na instituição. O seu sucessor manteve-se no cargo, depois do assalto de Tancos...
2. Uma “polémica de Facebook” originou a pressão do ministro Adjunto Eduardo Cabrita para que fossem retirados do mercado livros de exercícios para meninos e meninas. Como ficou depois demonstrado, os livros não eram discriminatórios.
3. Depois de aparecer um vídeo a mostrar agressões de seguranças da discoteca lisboeta Urban Beach a supostos clientes, o Governo mandou fechar o espaço. Mais uma vez, Eduardo Cabrita, agora na Administração Interna “dispara” primeiro e pergunta depois.
4. A Web Summit encerrou com um jantar no Panteão Nacional. Mais uma polémica de Facebook que originou a indignação pública de António Costa, “esquecido” de muitos outros jantares ali ocorridos.
5. O Porto não ganhou a sede da Agência Europeia do Medicamento e logo o Governo anunciou a mudança do Infarmed para a Invicta. Uma decisão ponderada há muito tempo, disse Costa. Uma simples intenção, desautorizou o ministro.

par com questões de celeridade e respostas mais rápidas, mas queremos que a carreira dos juízes seja uma componente importante, motivadora, que atraia pessoas de qualidade”.

A luta dos juízes, quando chegar a vias de facto, ou seja, a greves *tout court* ou de zelo, pode fazer emperrear ainda mais a máquina da Justiça, o que não é bom para nenhum governo nem para nenhum primeiro-ministro. Neste particular, o Executivo parece contar com a solidariedade pontual da direita que, fazendo jus à sua postura institucionalista, nunca concordou com greves num setor que também é um órgão de soberania. Mas este bónus de PSD e CDS não deixa de ser um presente envenenado...

## INTERIOR

### Governo que arde sem se ver

Os fogos florestais de 2017 permanecem como uma chaga aberta no desempenho do governo de António Costa. A falta de previsão e prevenção, os falhanços no socorro e no apoio, a anarquia na resposta, a incipiente reação política e, cereja no topo do bolo, alguma dose de insensibilidade e arrogância dos principais atores políticos no Governo, a começar pelo primeiro-ministro, cortaram cerce quaisquer veleidades de maioria absoluta no curto prazo, em caso de crise política. Joga nisso o PCP, que endureceu o patrocínio à conflitualidade social, sem o receio de que António Costa queira, agora, assim de repente, forçar uma rutura e subsequentes eleições.

A segunda oportunidade de causar uma primei-



MARCOS BORGIA

**Vigilância A química já conheceu melhores dias. Agora, dá a entender Marcelo, depende do Governo**

ra boa impressão virá da forma como o Governo conseguir encetar a recuperação das áreas ardidas. Um desiderato que pode colocar-se ao nível de outros desafios da História – a reconstrução de Lisboa após o terramoto de 1755, por exemplo, mas operada numa época de dinheiro fácil por via do ouro brasileiro. A recuperação é multidisciplinar: retirada e escoamento da madeira ardida, estabilização dos solos, despoluição dos rios, apoios à agricultura e às empresas, reconstrução de habitações, incentivos fiscais, fixação de populações, reordenamento do território, gestão das áreas regeneráveis e reflorestação das restantes, recuperação do atrativo turístico-paisagístico, preservação de setores tradicionais como o azeite, a vinha, o pastoreio, o queijo, a floresta. Tudo isto para ontem, numa área gigantesca de alguns milhares de quilómetros quadrados, sem população

que garanta a mão de obra necessária nem um plano conhecido de transferência de mão de obra de outros locais do País ou fora dele e no quadro adverso de alterações climáticas, cuja principal consequência está já a ser a lancinante falta de água... para beber!

## MARCELO

### Não há afetos grátis

O ponto anterior marca o momento de viragem na relação institucional entre o Presidente da República e o Governo. Marcelo Rebelo de Sousa submete o próprio sucesso do seu mandato ao êxito do País na resposta aos incêndios de 2017. Essa circunstância, aliada ao “novo ciclo” que ele próprio anunciara há um ano e à nova liderança emergente no PSD já está a tornar o Presidente especialmente exigente com o Governo. Marcelo não perde uma ocasião de recordar a António Costa o seu caderno de encargos. O último episódio surgiu com a eleição de Mário Centeno para a liderança do Eurogrupo. Noutros tempos, o PR teria embandeirado

em arco com o triunfo do “Ronaldo do Ecofin” e talvez lhe chamasse “o nosso novo Salvador Sobral”. Nas presentes circunstâncias, optou pela ironia: “O patinho feio transformou-se num cisne resplandecente”, disse, advertindo, logo a seguir, que isto se paga: “Agora, o Governo vai ter de dar o exemplo no cumprimento das metas...”

## OPOSIÇÃO

### Direita dura de roer

Frequentemente menos-prezada, a presidente do CDS, Assunção Cristas, já provou, nas autárquicas, em Lisboa, que é uma máquina em campanha – e que o seu valor facial é muito superior ao do seu partido. Condição base, historicamente, para a afirmação dos dirigentes políticos, em Portugal. Mas António Costa vai ter de lidar, a partir de janeiro, com um novo líder do PSD. Seja Rui Rio ou Santana Lopes, será um adversário temível, suscetível de garantir uma popularidade fácil e imediata. Talvez por isso, prudentemente, António Costa já declarou esperar uma nova “normalidade” no diálogo com o PSD... Santana não deve ser subestimado, mau grado o seu fraco desempenho como primeiro-ministro. É que já ninguém se lembra. E Rui Rio, com um discurso disruptivo, já ganhou eleições ao então “invencível” Fernando Gomes. Os conselhos de administração de empresas públicas – e também, pelo exemplo junto, de SADs desportivas... – estão cheios de políticos imbatíveis... E Costa não quer ser um deles. Por isso, se está cansado, convém que seja mesmo “momentaneamente”. [fluis@visao.imprensa.pt](mailto:fluis@visao.imprensa.pt)

\*Com José Pedro Mozos